9º CNP - CONGRESSO NACIONAL DE PROFISSIONAIS

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA
DEFENDER, VALORIZAR E DESENVOLVER
A ENGENHARIA E A AGRONOMIA

Texto Referencial de autoria de:

EDISON FLAVIO MACEDO

Florianópolis/SC, 26 de maio de 2016

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA

DEFENDER, VALORIZAR E DESENVOLVER

A ENGENHARIA E A AGRONOMIA

1. PRELIMINAR: O QUE VAMOS DISCUTIR NO 9º CNP

- O tema central do 9º CNP e seus desdobramentos

2. DEFININDO CONCEITOS

2.1. O SIGNIFICADO DE ENGENHARIA E DE AGRONOMIA

- como o CEP define essas profissões

2.2. O SIGNIFICADO DE "DEFENDER"

- o que diz o dicionário
- o que diz o CEP
- a institucionalização da "defesa": do Império aos nossos dias
- a importância da área pública (2014)

2.3. O SIGNIFICADO DE "VALORIZAR"

- o que diz o dicionário
- diferentes visões da valorização
- das diretrizes de uma política de valorização profissional

2.4. O SIGNIFICADO DE "PLANEJAR, E DEPOIS EXECUTAR"

- é preciso planejar
- é preciso executar (começando por propor ações)

3. CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE AGENDA ESTRATÉGICA

3.1. Os pressupostos da Agenda

3.2. As ações preconizadas

3.3. É preciso firmar um Pacto

3.4. Agora é com você colega

EDISON FLAVIO MACEDO

Engenheiro Eletricista, ex- Presidente do Crea/SC e ex-Conselheiro Federal.

Como Delegado, Relator e Cordenador participou de todos os CNPs

1. PRELIMINAR: O QUE VAMOS DISCUTIR NO 9º CNP

- O tema central do 9º CNP e seus desdobramentos

Face ao que dispõem os incisos I e II do art. 12 do anexo II da Resolução nº 1.013/2005, que regulamenta a organização e o funcionamento dos Congressos Nacionais e Estaduais de Profissionais, são competências da Comissão Organizadora Nacional – CON9CNP:

> ***"I – consolidar as sugestões de temas apresentados para discussão durante o evento;***
>
> ***II – submeter à comissão permanente responsável pela condução dos assuntos nacionais proposta de tema";***

Na sequência, cabe a essa comissão permanente - no caso a **Comissão de Articulação Institucional do Sistema / CAIS** - levar ao Plenário Federal essa proposta para ser discutida, aperfeiçoada e, ao final, aprovada por meio de uma competente Decisão Plenária. Assim foi que, em 25/02/2016, foi editada a Decisão PL-0125/2016, que aprovou como tema central do 9º CNP a discussão:

"***O Sistema Confea/Crea e Mútua em defesa da Engenharia e da Agronomia Brasileiras***"

Posteriormente, visando melhor orientar o aprofundamento dessa discussão junto ao universo profissional (nos níveis microrregional, regional e nacional), por meio da Decisão PL-0412/2016, de 11/03/2016, o Plenário Federal **decidiu** aprovar o desdobramento desse tema nos seguintes **eixos temáticos**:

a) Defesa e Fortalecimento da Engenharia e da Agronomia junto à sociedade;
b) Tecnologia e Inovação; e
c) Carreira e prerrogativas da Engenharia e da Agronomia.

Como se depreende da leitura do texto acima, a temática do 9º CNP inclui – de forma expressa, integrada e nacionalmente - a discussão e a proposição de ações relacionadas a **DEFESA**, **VALORIZAÇÃO** E **DESENVOLVIMENTO** do sistema profissional. Dizemos do "sistema profissional" (Sistema Confea/Crea) porque a Engenharia (e os engenheiros) e a Agronomia (e os engenheiros-agrônomos), bem como as profissões incorporadas a esses grupos por leis específicas (a Geologia, a Geografia e a Meteorologia) são partes de um mesmo todo (o sistema), tem objetivos comuns (além dos seus próprios), estão integradas aos mesmos Conselhos Profissionais (Confea e Creas) e suas entidades representativas participam de fóruns também comuns (SOEAs, CNPs, CDEN, Encontros, GTs etc.).

Nesse âmbito, o presente texto se propõe a subsidiar essa discussão, motivar novas proposições relacionadas à sustentabilidade que se procura e, indispensavelmente, cogitar das formas de implementá-las.

2. DEFININDO CONCEITOS

Como dizia o grande filosofo francês Voltaire: "***Posso discutir qualquer assunto, desde que, preliminarmente, se definam os termos***". Por isso é que, no início deste texto e consideradas suas limitações de espaço, apresentaremos algumas definições sobre as **profissões integradas ao Sistema Confea/Crea** e outras, de Houaiss, sobre os verbos de ação "**defender**", "**valorizar**" e "**desenvolver**". Tais ações serão aqui consideradas como estruturantes daquilo que se pretende "construir": uma engenharia e uma agronomia fortes, consistentes, à altura do que aspiram seus integrantes, demandam os "interesses sociais e humanos" dos brasileiros e exige o desenvolvimento sustentável da nação.

2.1. O SIGNIFICADO DE ENGENHARIA E DE AGRONOMIA

- como o CEP define essas profissões

Ao falar-se a respeito desses profissionais, é da maior importância para o presente trabalho referir-se ao que, sobre eles e suas profissões, em novembro de 2002, foi **solenemente pactuado** quando da promulgação do Código de Ética Profissional da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia (considerados todos os níveis de formação profissional).

- O CEP assim dispõe em seu art. 1º:

> ***"O Código de Ética Profissional enuncia os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das profissões da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e relaciona direitos e deveres correlatos de seus profissionais."***

- Sobre a **Identidade das profissões e dos profissionais**, assim dispõe o CEP:

> ***"Art. 4º - As profissões são caracterizadas por seus perfis próprios, pelo saber científico e tecnológico que incorporam, pelas expressões artísticas que utilizam e pelos resultados sociais, econômicos e ambientais do trabalho que realizam."***
>
> ***"Art. 5º - Os profissionais são os detentores do saber especializado de suas profissões e os sujeitos proativos do desenvolvimento."***
>
> ***"Art. 6º - O objetivo das profissões e a ação dos profissionais volta-se para o bem-estar e o desenvolvimento do homem, em seu ambiente e em suas diversas dimensões: como indivíduo, família, comunidade, sociedade, nação e humanidade; nas suas raízes históricas, nas gerações atual e futura."***

2.2. O SIGNIFICADO DE "DEFENDER"

- o que diz o dicionário

de·fen·der
(latim *defendo, -ere*, afastar, repelir, proteger)
verbo transitivo
1. Tomar a defesa de.
2. Oferecer proteção. = PROTEGER
3. Proporcionar abrigo a. = RESGUARDAR

4. Desculpar.
5. Patrocinar.
6. Proibir, interditar.

verbo pronominal

7. Opor o esforço próprio ao ataque alheio.
8. Repelir uma agressão, um ataque, uma acusação.
9. Pôr-se a coberto. = ABRIGAR-SE

Palavras relacionadas:
abrigar, proteger, escudar, socorrer, resguardar, manter, cobrir

- a institucionalização da "defesa": do Império aos nossos dias

Cite-se, e relembre-se, nesse sentido, as intensas movimentações acontecidas:

- *nas **primeiras três décadas do século XX**, quando a Constituição Republicana, aprovada em 1891, remeteu para o âmbito das legislações estaduais a regulamentação das profissões em suas jurisdições e, consequentemente, impeliu os profissionais a desenvolverem esforços e pressões localizadas;*

- *na **década de trinta**, quando a pressão exercida pelas Entidades de Classe ganhou dimensão nacional e resultou na edição do **Decreto Federal 23.569/33**, institucionalizando o sistema profissional, definindo sua organização e composição e oportunizando a participação da representação profissional no próprio Processo Constituinte que a Nação realizava naquele momento;*

- *na **década de quarenta**, quando os efeitos da campanha vitoriosa dos aliados na Segunda Guerra Mundial e a consequente redemocratização do País fizeram-se sentir, também, nas mudanças introduzidas no Sistema. Em 1946, como foi visto, a composição e as finalidades do CONFEA sofreu importantes modificações (**Decreto 8.620/46**);*

- *na **década de sessenta**, quando, face a transformação da infraestrutura produtiva do Brasil, os profissionais, através de suas Entidades Representativas, avançaram significativamente em sua organização, como bem demonstra o novo diploma legal regulamentador de sua organização profissional: **a Lei n. 5.194/66;***

- *na **década de setenta**, quando o sistema educacional foi expressivamente estimulado, e desafiado, a fornecer o "capital humano" requerido pela implantação de um conjunto de importantes empreendimentos – e pelos efeitos multiplicadores decorrentes do amplo leque das especializações por eles demandadas. Como nunca, as profissões integradas ao Sistema passaram a despertar vocações e polarizar as atenções do comando estratégico do país, com isso captando os recursos indispensáveis ao desenvolvimento da infraestrutura universitária e, significativamente, aproximando-se do ápice de sua valorização social;*

- *no **início da década de noventa**, quando, já em pleno processo da globalização, e mostrando-se sensíveis aos efeitos dela, os integrantes do Sistema Confea/Crea realizaram o seu **Congresso Constituinte 91/92**, por meio do qual discutiram a inserção de suas profissões nesse "novo mundo", bem como as transformações demandadas por suas Entidades e Conselhos para acompanhar tal processo com a eficiência e a eficácia necessárias;*

- *no **final da década de noventa**, quando, primeiro o Poder Executivo, via Medida Provisória, depois, o Poder Legislativo, através da Lei de Conversão (Lei 9.649/1998), incluíram modificações expressivas no ordenamento jurídico e normativo dos Sistemas Profissionais e conduziram os mesmos, em especial o Sistema Confea/Creas, a período de turbulências institucionais e políticas;*

- *no início da **primeira década do milênio**, quando surgem, primeiramente, a forte convicção sobre a ilegalidade das modificações trazidas pela nova lei e, depois - face à incontrastável decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADINs1.717-6 e 1.847-7 – a determinação expressa do retorno ao comando da lei 5.194/66. E ainda mais, quando o retorno à regência desta lei coloca todos diante das inadequações decorrentes da rigidez de inúmeras de suas disposições, como por exemplo as relativas à composição dos Conselhos Federal e Regionais. O Federal, estigmatizado pela falta de representatividade federativa. Os Regionais incapacitados de conterem o processo de inchaço decorrente de suas dimensões ilimitadas;*

- ***atualmente**, já passada a metade da segunda década do novo milênio, numa retrospectiva de curto prazo que se fizesse, haveria a constatação de que muitas foram as Semanas, Congressos, Encontros, reuniões e GTs, e muitas foram as propostas aprovadas nesses eventos, talvez milhares, porém muito pouco expressivo o número daquelas efetivamente implementadas pelo Sistema, tanto tratando-se das mudanças legais e administrativas pleiteadas como da elaboração de consistentes planos estratégicos e gerenciais e, sempre proposta, a construção de uma imagem institucional mais adequada.*

- a importância da engenharia na área pública (2014)

Registre-se, preliminarmente, que o tema deste item, por sua importância na defesa e valorização da Engenharia, mereceu de nossa parte um expressivo esforço de abordagem e desenvolvimento, que culminou na elaboração de um livro, lançado em 2014, na SOEA de Terezina/PI, com o título "***DISCUTINDO O PAPEL DA ENGENHARIA NA ÁREA PÚBLICA – a Engenharia como carreira de Estado***". Deste livro, aproveitamos a seguir alguns trechos:

(...)

O que dizer sobre "onde residem as competências" quando, no interesse público, se tratar de avaliar a relação entre os orçamentos aprovados e os resultados obtidos relativamente aos "projetos, obras e serviços" de engenharia?

*Ora, aos engenheiros integrantes das estruturas governamentais, e a ninguém mais, caberá zelar para que os recursos públicos comprometidos não sofram os efeitos frustradores dos maus projetos, nem os deformadores das más execuções, nem os limitadores dos orçamentos aviltados ou exorbitantes e nem os desperdícios decorrentes das obras inacabadas. Na realidade, e é importante ressaltar isto, **a profissão de engenheiro é uma profissão de resultados garantindo obras e serviços dentro dos prazos e das conformidades com as especificações de qualidade e de segurança estabelecidas**. Pelo menos por três razões:*

*a) Em primeiro lugar, uma **razão de ordem ética**, devidamente contida no **Princípio Ético da Eficácia Profissional** insculpido no inciso IV do artigo 8º do Código de Ética Profissional, que dispõe:*

"A profissão realiza-se pelo cumprimento responsável e competente dos compromissos profissionais, munindo-se de técnicas adequadas, assegurando os resultados propostos e a qualidade satisfatória nos serviços e produtos e observando a segurança nos seus procedimentos."

*b) Em segundo lugar, uma **razão de ordem técnica e científica** relativa à formação especializada adquirida e o uso das capacidades dela decorrentes. Eis que essa*

formação, no grupo profissional da engenharia, desdobra-se em 251 diferentes títulos, distribuídos nos níveis técnico, tecnólogo e graduado. E 55 títulos no grupo da agronomia. Daí decorre a complexidade do gerenciamento das atribuições profissionais.

c) *Em terceiro lugar, uma* ***razão de ordem legal****: a Lei 6.496/76, que* ***Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia,*** *que dispõe:*

Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

E tem mais, a "responsabilidade profissional dos engenheiros e dos engenheiros-agrônomos" não termina na realização dos estudos preliminares, nem na elaboração dos projetos executivos, nem na execução e entrega das obras a seus usuários, eis que, na sequência, todo um novo e permanente processo - agora de acompanhamento, consultoria, arbitragem, vistoria, perícia, monitoramento, conservação, melhoria, etc. - é demandado desses profissionais. Esclarecendo-se ainda que, além dos instrumentos administrativos regulamentadores do exercício profissional, também os Códigos Civil e Penal dispõem sobre essa responsabilidade.

E aqui surge mais um importante aspecto diferenciador da "profissão de resultados" que é a Engenharia: garantir aos empreendimentos, no transcurso de todas as etapas de sua evolução, responsabilidade técnica previamente anotada. Nenhuma outra profissão exige isto! E a área pública, que deveria dar o exemplo, inexplicavelmente não a valoriza!

Daí porque dizer-se que um profissional da engenharia ou da agronomia, quer atue na área privada, quer na pública, ao assumir – e anotar - a responsabilidade técnica de uma obra ou serviço fica integralmente vinculado à mesma, independente da duração da sua jornada de trabalho ou do valor de sua remuneração. Sua liberação apenas ocorrerá quando, formalmente, for dada "baixa" nessa responsabilidade e/ou quando expirarem os prazos de garantia previstos nos Códigos Civil e Penal. E essa "responsabilidade previamente anotada" pesa tanto na composição da remuneração profissional que a mesma, em outro trabalho nosso, foi apresentada sob a forma de uma equação:

$$RP = \sum RA + \sum EA$$

RP – Remuneração profissional / RA – Responsabilidades assumidas / EA – encargos assumidos

No âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, as atividades nos níveis de ***supervisão****,* ***coordenação****,* ***planejamento****,* ***fiscalização*** *e* ***controle*** *de "serviços de engenharia" não devem ser objeto de processos de "terceirização", sendo inaceitável aí o argumento por alguns invocado da "necessidade de redução do tamanho do Estado". Eis que o Estado jamais poderá reduzir o conjunto de suas responsabilidades para com o "interesse social" e a "defesa da incolumidade pública", ambos*

progressivamente associados à obtenção de adequada e cada vez maior "excelência da gestão pública".

Pelo exposto, ficam caracterizados alguns dos expressivos diferenciais das profissões integradas ao Sistema Confea/Crea, infelizmente não considerados pela Administração Pública – incidindo em lamentável erro e indefensável injustiça - quando da elaboração de seus PCCSs - Planos de Carreiras, Cargos e Salários. Dentre esses diferenciais cabe aqui citar, sintetizando:

I. *o exercício dessas profissões, que submetido ao Inciso XIII do Art. 5º da CF88, está regulamentado por leis específicas cujas disposições obrigam tanto os entes privados como os públicos;*

II. *a principal lei regulamentadora – Lei nº 5.194/66 – que define essas profissões, antes de mais nada, como "**caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano**";*

III. *são profissões reconhecidas em lei (e também no Código de Ética Profissional que adotaram) como "**profissões de resultado**";*

IV. *são profissões cujo exercício de qualquer de suas atividades requer, por expressa determinação legal, uma prévia "**anotação de responsabilidade técnica**" (Lei nº 6.496/77);*

V. *são profissões que, em vista de suas características, estão permanente e diretamente relacionadas às "**expressões substantivas**" tanto do Projeto Nacional como de seus desdobramentos em Políticas Públicas, Planos Governamentais e Programas e Projetos constantes das Agendas de Desenvolvimento;*

VI. ***porque**, diante da experiência internacional, os engenheiros são considerados como os profissionais mais aptos ao enfrentamento dos desafios e ao aproveitamento das oportunidades do desenvolvimento sustentável.*

*Por outro lado, os requisitos indispensáveis à manutenção de uma capacidade científica e tecnológica mínima para o exercício e o bom desempenho das funções e atividades públicas pressupõem, necessariamente, a **profissionalização** e a **valorização** do servidor (ou do empregado) público.*

*A **profissionalização** estará sempre na dependência de uma adequada organização de "carreiras, cargos e salários", seguida da implementação de permanentes processos de capacitação e treinamento, tudo visando ao fortalecimento do poder dos quadros especializados a quem incumbe o exercício de papéis importantes na viabilização – por meio dos serviços e das obras – dos planos de governo que decorrem das políticas públicas consubstanciadoras do Projeto de Nação pactuado (quando existente, é óbvio!). Vale dizer que sem um consistente processo de contratação e de profissionalização de engenheiros, o setor público impossibilitará que seus "recursos humanos estratégicos" possam acompanhar a evolução do "estado da arte" de suas profissões. Pois é sabido que nos dias atuais a velocidade dos processos de mudanças e de desenvolvimento é responsável pela obsolescência precoce das tecnologias utilizadas por essas profissões. Isso exige da Administração Pública redobrados esforços para a criação, a manutenção e a expansão da necessária "expertise" dos operadores pertencentes aos seus quadros técnico-*

científicos, condições indispensáveis para que os mesmos possam exercer as funções públicas especializadas de sua competência legal.

*A **valorização** do servidor público, por sua vez, significa dar visibilidade à sua função relevante e protegê-lo dos inúmeros fatores de pressão que permanentemente o cercam. Há que reconhecer, entretanto, a incompetência do Poder Público – nos três níveis - em estender a seus servidores/empregados as garantias mínimas de profissionalização e valorização, sem o que não se poderá falar de carreiras adequadamente estruturadas, nem de progressividade desejável das competências técnico-científicas que lhes correspondem, e muito menos da eficácia no manuseio dos controles públicos que lhes são atribuídos. Em casos como esses – muito comuns, por sinal – costuma-se dizer que "as carreiras ficam ensimesmadas", elas perdem a consciência de sua "razão de existir" e passam a cogitar apenas de "sobrevivência funcional". Há que reconhecer também que essa incompetência lamentavelmente amplia-se, de um lado pela ausência de "visão de futuro", da qual resultam posicionamentos e decisões de curto prazo, que comumente ignoram os cenários do desenvolvimento e as perspectivas que poderiam abrir-se aos "quadros técnico-científicos da área pública"; de outro lado, agravada pelo volume crescente das demandas na área da engenharia, pela gestão amadorística (político-partidária e geralmente leiga) das questões técnicas que se apresentam e pelo apelo fácil dos imediatistas à importação de tecnologias "prontas e acabadas" e, naturalmente, de seus alegados "competentes aplicadores".*

*Ora, não há como pretender a profissionalização e a valorização de servidores e empregados, tanto na área privada como na pública, sem um consistente "**plano de carreiras, cargos e salários**" capaz de situar esses diferenciados, porém convergentes, elementos tanto de forma absoluta – diante da progressão que deve sempre visualizar – quanto de forma relativa – cogitando de seu posicionamento dentre as demais profissões a serviço da administração pública e as similares atuantes no mercado de trabalho. Pois, quanto aos engenheiros, esses dois indispensáveis enquadramentos não foram contemplados na formatação do plano existente na administração pública brasileira. Talvez por quê:*

- ***tenham deixado profundas raízes os vieses bacharelesco e monetarista da formação brasileira;***

- ***a formação das bases conceituais e programáticas dos atuais Planos de Cargos e Salários da Administração Pública Brasileira sofreu as influências, justamente, do período recessivo das chamadas "décadas perdidas";***

- ***a cultura político-administrativa ainda se ressente das práticas do "aparelhamento do Estado" pelos partidos ocupantes do poder.***

O desequilíbrio evidente, para utilizar palavra mais amenas, entre os vários "planos" existentes na área pública, compromete seriamente tanto os padrões de isonomia que a mesma deve perseguir como a harmonia que deve existir entre as profissões que integram as diferentes "carreiras a serviço do Estado".

Ai está, pois, um dos maiores desafios que se apresentam ao Sistema Confea/Crea – que se considera como o "maior sistema profissional do país" e responsável por mais de 60% do PIB – o de usar a sua "capilaridade", o seu "potencial de mobilização" e o seu alegado "prestígio" para corrigir as distorções que, como vimos, decorrem de uma cultura política e gerencial extemporânea (em todos os níveis da administração pública) e de uma visão míope a respeito do desenvolvimento e de seus elementos estruturantes.

2.3. O SIGNIFICADO DE "VALORIZAR"

- o que diz o dicionário

- VALORIZAR: dar valor, importância a (algo, alguém ou a si próprio) ou reconhecer-lhe o valor de que é dotado.

- VALOR: medida variável de importância que se atribui a um objeto ou serviço necessário aos desígnios humanos e que, embora condicione o seu preço monetário, frequentemente não lhe é idêntico; qualidade humana de natureza física, intelectual ou moral, que desperta admiração e respeito; capacidade de satisfazer necessidades; utilidade, préstimo, serventia; qualidade do que alcança excelência, do que obtém primazia ou dignidade superior.

- diferentes visões da valorização

Uma **visão limitada da valorização** nos levaria a questões puramente internas, corporativistas e, no caso do Sistema Confea/Crea, altamente conflitantes no âmbito das mais de 300 profissões diferenciadas existentes. Efetivamente, o incrível contencioso das atribuições profissionais tem levado esses segmentos a um impressionante desgaste de suas energias, principalmente no âmbito municipal onde as atividades profissionais se desenvolvem. Os itens apresentados a seguir (aqui aproveitados de forma resumida) poderiam, por si só, constituírem amplo material de debate visando a otimização das relações dessas profissões entre si e com a sociedade brasileira.

a - visão da remuneração profissional;
b - visão das reservas de mercado;
c - visão do emprego tradicional.

O colega Enio Padilha (www.eniopadilha.com.br) sintetizou seu entendimento sobre o que denominamos acima de "visão limitada da valorização" da seguinte forma*:*

> ***"é preciso ver o clássico objetivo de melhorar a remuneração não mais como um objetivo e sim como uma consequência de um processo. Para isso é preciso revisitar o conceito de Valorização Profissional. E entender que, ganhar mais não significa, automaticamente, ser mais valorizado. No entanto, quando se é, realmente, valorizado pelo mercado, ganhar mais é uma consequência natural".***

E propôs cinco condições fundamentais indicativas da verdadeira valorização profissional (deixamos de apresentar o detalhamento que as acompanha mas recomendamos ao leitor resgata-lo no site www.eniopadilha.com.br):

*I. a **dignidade profissional**;*
*II. a **realização profissional**;*
*III. o **reconhecimento profissional**;*
*IV. a **segurança profissional**;*
*V. a **perspectiva promissora**.*

Uma **visão ampla da valorização**, por sua vez, é consequência das tentativas de formulação de uma **Política de Valorização Profissional,** capaz de considerar, dentre outros pontos:

- ***o profissional, a profissão, a sociedade e o Estado;***
- ***o delineamento da identidade profissional (propósito, missão, visão, princípios e valores);***
- ***o processo de qualificação continuada dos profissionais;***
- ***a inserção do profissional no ciclo histórico e no processo de desenvolvimento;***
- ***a visão do mercado de oportunidades, tanto na área privada como na pública, em meio às mudanças tecnológicas e estruturais;***
- ***as profundas implicações sobre esse mercado, decorrentes do intenso dinamismo do processo de globalização;***
- ***as atuais eficiência e a eficácia das organizações representativas desses profissionais e o conjunto de ações pretendidas visando o fortalecimento das mesmas;***
- ***instrumentos, mecanismos e recursos de todas as ordens disponibilizáveis.***

- das diretrizes de uma política de valorização profissional

Algumas linhas de ação para o estabelecimento, primeiro, e a implementação, depois, das Diretrizes de uma Política de Valorização Profissional:

1ª Linha - o que o profissional poderá fazer por si mesmo (com base na identidade profissional própria que estabeleceu e na identidade do sistema profissional que internalizou):

- ***a conscientização do momento histórico (interesse pelos assuntos político, sociais, econômicos e ambientais da nação e de seu tempo);***
- ***a conscientização do perfil necessário (o que mais a sociedade e o mercado demandam dos profissionais – vide os estudos sobre o Engenheiro do Século XXI e Inova Engenharia, da CNI);***
- ***a conscientização de suas responsabilidades (perfeito domínio da forma e do conteúdo do atual Código de Ética Profissional);***
- ***a preparação para a ação competente (implementação de plano de qualificação continuada)***

2ª Linha - o que o sistema poderá fazer pelo profissional (com base nos papeis que cabem ao sistema, como um todo, e às organizações integradas, como partes):

- ***prepará-lo para a cidadania-profissional;***
- ***apoiá-lo no esforço de educação continuada;***
- ***instrumentalizá-lo para a defesa dos interesses "sociais e humanos";***
- ***combater o exercício ilegal da profissão;***
- ***cenarizar a participação profissional nos PND, PEDs e PMDs;***
- ***conscientizar e prevenir sobre as infrações éticas***

- ***garantir o cumprimento da legislação do SMP***
- ***estimular o inserção internacional;***
- ***apoiar a sustentabilidade e o fortalecimento das organizações profissionais;***
- ***apoiar o associativismo e o cooperativismo;***
- ***desenvolver programas de comunicação institucional visando manter a sociedade permanentemente informada sobre os perfis dos profissionais integrados ao Sistema Confea/Crea, bem como de seus papéis sociais .***

3ª Linha - o que a união, os estados e os municípios poderão fazer pelos profissionais (com base no Projeto de Nação – se existir, nas políticas públicas e nos planos governamentais delas decorrentes)

- ***projetos nacional, regionais, estaduais e municipais de desenvolvimento;***
- ***políticas públicas de geração de empregos, de ciência e tecnologia, energética, de transportes, de saneamento básico, agrícola, industrial etc.;***
- ***inserção soberana no processo de globalização;***
- ***Planos de Cargos e Salários, nos vários níveis, valorizadores do trabalho profissional;***
- ***garantia do cumprimento da legislação profissional;***
- ***recuperação das instituições de PD&I;***
- ***planos de governo, nos vários níveis, com ações voltadas à geração de emprego e incentivo ao desenvolvimento C&T;***
- ***institucionalização da oitiva das organizações profissionais, de todos os níveis, quando forem tratadas matérias referentes ao exercício das profissões do sistema.***

2.4. O SIGNIFICADO DE "PLANEJAR (E DEPOIS EXECUTAR)"

- é preciso planejar

Há muito tempo, seguimos os pensamentos a seguir citados:

I. Hoje não se discute mais se deve ou não haver planejamento, mas sim se ele é bom ou mau; e.
II. Qualquer metodologia é melhor do que nenhuma.

Isso posto, podemos avançar! O tema, entretanto, é amplo e complexo e no âmbito deste trabalho não poderemos aprofunda-lo, nem sequer estendê-lo. Nos conformaremos com sua menção, pois é sabido que os profissionais integrados ao Sistema Confea/Crea, até por "dever de ofício", tratam diariamente desse tipo de matéria. Procurando sintetizar, entretanto, a título de abertura, fomos buscar no Google, em artigo do economista Paulo Nunes, um **conceito de Análise Estratégica** que pudesse, após as devidas adaptações, ser aproveitado neste exercício. É o seguinte:

> ***A análise estratégica faz parte integrante da gestão estratégica das organizações e engloba o pensamento estratégico, a análise do meio envolvente e a análise da própria organização.***
>
> ***O objetivo da análise estratégica é entender a posição estratégica da organização através da identificação do panorama das influências-chave no presente e futuro da organização, bem como equacionar as oportunidades proporcionadas pelo ambiente e entender as competências da organização.***

Num exercício pessoal e exemplificativo que realizamos, e portanto limitado, com foco no "sistema da engenharia", foram consideradas as influências-chave relacionadas às **forças** e **fraquezas**, no ambiente interno, e às **ameaças** e **oportunidades**, no ambiente externo.

Na sequência, após o intenso *brainstorm* realizado, foram priorizadas e selecionadas algumas dessas "influências" (elementos) para a construção de uma Matriz SWOT. E como se sabe, uma vez disponível um inventário, tão amplo quanto possível, dos elementos configuradores da Análise Estratégica - **forças** / **fraquezas** / **ameaças** / **oportunidades** – a Matriz SWOT "**analisa, organiza e prioriza**" esses elementos e viabiliza o encaminhamento de ações para o melhor gerenciamento dos problemas organizacionais e sistêmicos.

A seguir é apresentado um exemplo simplificado de "caso real": uma matriz, elaborada com base nos elementos dispostos no exercício anteriormente citado, no qual destacamos apenas três prioridades em cada uma das relações sugeridas.

A metodologia da utilização da ferramenta recomenda que, após o desenho e o preenchimento da Matriz para o "caso concreto", sejam cogitados os diferentes tipos de interações entre seus elementos configuradores, decorrendo daí, então, a necessidade de praticar quatro diferentes tipos de ações. É o que demonstra o quadro seguinte.

À vista deste quadro, na sequência formulamos as indagações e, no item 2.3., apenas como uma hipótese de trabalho, apresentamos possíveis respostas às mesmas, conforme veremos a seguir:

1. *Quais as ações que deverão ser propostas e implementadas para que se possa assumir uma **ATITUDE OFENSIVA**, ou seja, ainda mais potencializando os fatores (forças e oportunidades) que "ajudam" a conquistar os "objetivos estabelecidos" do peculiar "sistema" ora em estudo?*
2. *Quais são as ações que deverão ser propostas e implementadas para que se possa assumir uma **ATITUDE DEFENSIVA**, ou seja, aproveitando adequadamente os "pontos fortes" do "sistema" para minimizar ou eliminar as "ameaças" detectadas?*
3. *Quais são as ações que deverão ser propostas e implementadas para que se possa **PREVENIR AS DEBILIDADES**, ou seja, aproveitar as "oportunidades" elencadas para o enfrentamento dos "pontos fracos" levantados?*
4. *Quais são as ações que deverão ser propostas e implementadas para que se possa **EVITAR VULNERABILIDADES**, ou seja, impedir que as "ameaças" detectadas, e não prevenidas, constituam-se em fatores capazes de ainda mais dificultar a mitigação das "fraquezas"?*

Os agentes responsáveis pelas respostas às indagações são, de um lado, as **organizações profissionais**, públicas e/ou privadas, direta ou indiretamente envolvidas no comportamento dos elementos da Matriz. De outro lado, entendemos, estão os **dirigentes públicos**, principalmente os integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo, a quem compete zelar para "*o bom resultado da implantação de qualquer empreendimento público ou privado, industrial ou de infraestrutura, aferido pela otimização dos investimentos, redução dos prazos e dos custos de execução e de manutenção, com a máxima qualidade e segurança para os usuários*".

– é preciso executar (começando por propor ações)

Como dizia o pensador argentino José Ingenieiros: "***Para que possam ser eficazes, o pensamento e a ação devem andar juntos, como a bussola que orienta e a hélice que impulsiona***".

Em nosso caso a "**bússola que orienta**" estará representada pelo conjunto de propostas – as aprovadas em eventos anteriores (conforme os quadros apresentados a seguir) e as atuais (aquelas que preencherão o quadro sugestão colocado no final deste trabalho e outras mais) – balizadoras do pensamento histórico das lideranças do Sistema e potencialmente capazes de mobilizar o universo profissional. Quanto a "**hélice que impulsiona**", esta estará representada pela proatividade das atuais lideranças profissionais (presidentes, dirigentes de EC e IE, conselheiros federais e regionais, etc.) desde as bases microrregionais de suas atuações até as objetivações finais do 9º CNP; e, depois dessas, pela capacidade das organizações em implementá-las.

É o que começaremos a ver a partir do próximo capítulo.

3. CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE AGENDA ESTRATÉGICA

3.1. Os pressupostos da Agenda

Aproveitamos o texto de nossa autoria incluído no trabalho de Formulação Estratégica do Confea, em 2010:

> *"Uma **agenda estratégica** é um documento final de uma das fases de um processo amplo, participativo e representativo dos integrantes de um **sistema profissional**. Ela agrupa e sintetiza o conjunto de ações propostas para o desenvolvimento das **organizações** desse sistema, de um lado, e, de outro, para a integração desse sistema no âmbito maior em que se situa, que é o da sociedade brasileira.*
>
> *Na construção de uma Agenda Estratégica, primeiro será a vez do estabelecimento de um pacto entre essas organizações, que conduzirá a um tão intenso quanto consistente processo de **formulação estratégica** dentro de um horizonte temporal igualmente consensado. Desse processo farão parte as etapas: (1) de um **diagnóstico preliminar**, que esclarecerá sobre os problemas e as potencialidades do todo e de cada uma das partes; (2) de uma **análise estratégica**, que definirá, no ambiente interno, os pontos fortes e fracos dessas organizações, e no ambiente externo, as ameaças e as oportunidades; (3) depois será a vez de prospectar esse horizonte e identificar os **fatos portadores de futuro** a serem considerados para o (4) estabelecimento dos **objetivos estratégicos** balizadores das ações a serem implementadas."*

Como se vê, uma Agenda Estratégica não surge do nada, como resultado de uma reação espontânea. Pelo contrário, ela é produto de um processo constituído por inúmeras etapas que, pela dinâmica que lhe é imanente, dependem da consciência de seus construtores em explicitar, primeiro, organizar depois e, ao final, implementar suas inúmeras ações estruturantes. Estas, de forma não exaustiva, estão diretamente relacionadas aos verbos **CONHECER**, **ESCLARECER**, **PROPOR**, **DEFENDER**, **VALORIZAR**, **DESENVOLVER** e, é claro, e sempre, **LUTAR**.

3.2. As ações preconizadas no exercício da Matriz SWOT

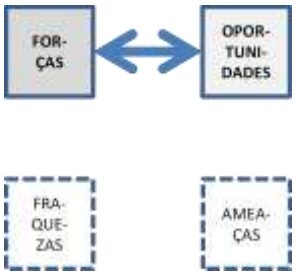
Neste item serão apresentadas as respostas às indagações formuladas no item 2.3. a partir do exercício desenvolvido sobre uma Matriz SWOT.

I. <u>Quanto às AÇÕES preconizadas para que as organizações do Sistema possam assumir uma atitude OFENSIVA</u>

- <u>CONSCIÊNCIA / ORGANIZAÇÃO / MOBILIZAÇÃO</u>

Como hipótese de trabalho, considerando a caracterização das <u>ações ofensivas</u> como **resultantes da interação de forças e oportunidades**, e sendo neste exercício as forças e as oportunidades representadas pelas prioridades sugeridas, constantes da Matriz SWOT, podemos então propor:

***AÇÃO Nº 01**: conscientizar o universo profissional sobre os papéis da engenharia e do engenheiro, tanto de forma permanente na vida nacional como, em especial, diante dos desafios e oportunidades do momento histórico que vivemos; mobilizar as lideranças e desenvolver um intenso trabalho de comunicação e marketing visando ao esclarecimento da opinião pública sobre o grande envolvimento da engenharia no processo de desenvolvimento sustentável do país;*



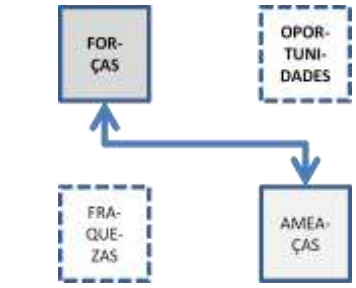
***AÇÃO Nº 02**: organizar o sistema profissional para a discussão qualificada da problemática do desenvolvimento e para o exercício das legítimas pressões sobre os setores públicos quando os mesmos forem tratar das questões da engenharia, ou quando se omitirem de tratá-las;*

***AÇÃO Nº 03**: ampliar a eficiência e a eficácia das organizações públicas incumbidas da "verificação e da fiscalização do exercício e das atividades profissionais" e do aperfeiçoamento contínuo das profissões integradas ao Sistema Confea/Crea.*

II. Ações preconizadas para que as organizações do Sistema possam assumir uma atitude DEFENSIVA

- PLANEJAMENTO / ORGANIZAÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO

Como hipótese de trabalho, considerando a caracterização das ações defensivas como resultantes do **aproveitamento dos pontos fortes do sistema para a minimização ou eliminação das ameaças detectadas**, e sendo neste exercício as forças e as ameaças representadas pelas prioridades sugeridas, constantes da Matriz SWOT, podemos então propor:



AÇÃO Nº 01: obter, junto à sociedade e ao governo, o reconhecimento do papel das engenharias no processo de desenvolvimento sustentável do país;

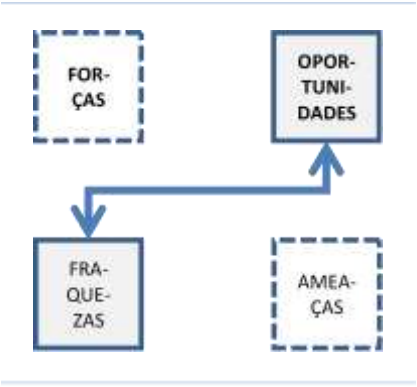
AÇÃO Nº 02: atuar de forma organizada e integrada junto aos poderes constituídos, visando às necessárias adequações e mudanças nos atuais Planos de Carreiras, Cargos e Salários da Administração Pública, nos vários níveis, tendo em vista a correção das distorções ora existentes;

AÇÃO Nº 03: posicionar as organizações profissionais, e motivar as demais organizações sociais, na defesa das atuais IPD&I - Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, bem como propugnar pela criação de novas demandadas pela evolução científica e tecnológica do país.

III. Ações preconizadas para que as organizações do Sistema possam assumir uma atitude de PREVENÇÃO DAS DEBILIDADES

- <u>PLANEJAMENTO / PROSPECÇÃO / CAPACITAÇÃO</u>

Como hipótese de trabalho, considerando a caracterização das <u>ações que visam prevenir as debilidades</u>, como resultantes do **aproveitamento das oportunidades para o enfrentamento dos pontos fracos levantados**, e sendo neste exercício as oportunidades e os pontos fracos representados pelas prioridades sugeridas, constantes da Matriz SWOT, podemos então propor:



AÇÃO Nº 01: aproveitar a ampla disponibilização de recursos da "tecnologia da informação", ora existente, para tornar a fiscalização do exercício e das atividades da engenharia mais abrangente e eficaz;

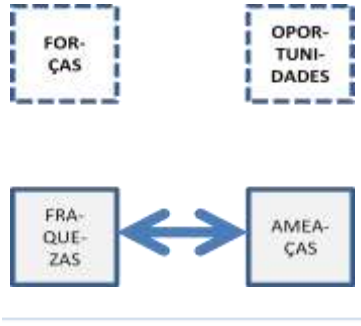
AÇÃO Nº 02: aproveitar as possibilidades oferecidas pela retomada do processo de desenvolvimento para superar os desencontros entre (1) a formação profissional, (2) o exercício profissional e (3) as demandas de um mercado de trabalho em permanente processo de mudanças;

AÇÃO Nº 03: aproveitar as possibilidades oferecidas pelo crescimento e elevação do valor agregado das exportações brasileiras para, progressivamente, superar a condição de subalternidade de nossa inserção internacional.

IV. Ações preconizadas para que as organizações do Sistema possam assumir uma atitude para EVITAR AS VULNERABILIDADES

- <u>PLANEJAMENTO / FISCALIZAÇÃO / COMUNICAÇÃO</u>

Como hipótese de trabalho, considerando a caracterização das <u>ações que visam evitar vulnerabilidades</u>, ou seja, aquelas que procurarão impedir que as "ameaças" detectadas, e não prevenidas, constituam-se em fatores capazes de ainda mais dificultar a mitigação das "fraquezas", e sendo neste exercício as ameaças e os pontos fracos representados pelas prioridades sugeridas, constantes da Matriz SWOT, podemos então propor:



***AÇÃO Nº 01**: melhorar a qualidade e a abrangência da fiscalização do exercício e das atividades profissionais, enfatizando necessidade de reestruturação das carreiras públicas da engenharia e a superação do aviltamento salarial dos engenheiros como causas importantes;*

***AÇÃO Nº 02**: esclarecer a opinião pública sobre o papel da engenharia no desenvolvimento histórico das nações e sobre as responsabilidades profissionais dos engenheiros, bem como sobre o papel social desempenhado pelos Conselhos Federal e Regionais.*

***AÇÃO Nº 03**: destacar o papel da engenharia na área pública e desenvolver ações visando à integração do Sistema com as Instituições de Ensino e destes com o Mercado de Trabalho Profissional.*

V. Ações de caráter geral e imediato: subsídios para uma Estratégia Nacional.

- <u>VISÃO / ATITUDE / SINERGISMO</u>

Como hipótese de trabalho, considerando a análise estratégica realizada e o conjunto de ações específicas preconizadas - as ofensivas, as defensivas, as de prevenção das debilidades e as necessárias para evitar as vulnerabilidades – propomos o seguinte rol de ações de caráter geral e imediato:

AÇÃO Nº 01: *conforme sugestão apresentada aos conselheiros federais em 2011:*

- investigar, programar e coordenar o debate nacional dessa realidade – a desvalorização dos profissionais do Sistema Confea/Crea no setor público – com o objetivo de resgatar o papel da engenharia nesse setor; subsidiar a reestruturação dos órgãos atuantes em suas diversas áreas de desdobramento e oferecer, de forma permanente, consistentes programas de treinamento e capacitação;

AÇÃO Nº 02: *pelas lições aprendidas no acompanhamento das demandas de outras categorias profissionais:*

- desenvolver estudos objetivando a apresentação de proposta de criação de uma "carreira de engenheiro de Estado", nos moldes da PEC nº 454/2011, relativa aos médicos;

AÇÃO Nº 03: *tendo em vista as informações comparativas das remunerações na Administração Federal:*

- propor a constituição de ***comissão mista****, a ser integrada por representantes do Ministério MPOG - Planejamento, Orçamento e Gestão, da Frente Parlamentar de Engenharia e do Confea visando a elaboração de* ***proposta de adequação das carreiras da engenharia*** *à administração pública direta e indireta, e de proposição de* ***níveis salariais mais dignos e compatíveis com os valores de mercado****;*

AÇÃO Nº 04*: conforme a sugestão de Mauro Viégas Filho, "a definição de uma estratégia nacional de valorização e fortalecimento da Engenharia Consultiva, na qual o BNDES tem papel fundamental", assim desdobrada:*

- fortalecer o papel do BNDES como agente indutor e fomentador de investimentos em infraestrutura;

- ampliar a utilização da engenharia consultiva na supervisão da execução dos empreendimentos financiados pelo BNDES e outras fontes públicas;

- ampliar e/ou criar um fundo financeiro para a contratação de consultoria em projetos no exterior;

- ampliar e/ou criar linha de crédito específica para financiamento de contratos de engenharia.

Essas são as **ações** (ou parte delas) que respondem às **indagações** apresentadas no final do item 2.4. Validar essas ações com os recursos políticos dos profissionais-cidadãos constitui a primeira parte deste exercício; operacionaliza-las, agora com os recursos político-gerenciais das organizações do Sistema, definindo as metas necessárias para suas consecuções, e implementando-as, constitui a segunda parte. **Para isso é preciso firmar um pacto!**

3.3. É preciso firmar um PACTO

PACTO. Esta é a palavra mais utilizada pelas diversas mídias nestes dias. Clama-se por um "pacto nacional pela democracia, pela economia, pelo desenvolvimento sustentável, pelo ... E quanto ao Sistema Confea/Crea, para sua legítima DEFESA, VALORIZAÇÃO e DESENVOLVIMENTO, também precisa firmar um pacto (profissional e social)?

Ora, no que se refere ao universo profissional da Engenharia e da Agronomia (profissões associadas, suas diferentes modalidades, e especialidades e níveis de formação), a palavra está com suas organizações representativas: os Conselhos Profissionais (Confea e Creas), as organizações integradas ao CDEN (25 Entidades Nacionais e mais de 300 afiliadas), as Instituições de Ensino (mais de mil nos vários níveis de formação), outras organizações públicas comprometidas (e muitas vezes desinteressadas, por desinformação ou por comodismo), as organizações civis integradas ao processo de desenvolvimento sustentável do país e, não esquecendo, os setores das Forças Armadas ligados à Engenharia (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Não há como deixar de registrar que, no Brasil atual, **a palavra PACTO flui por todas as bocas**, quer as dos governistas que a invocam para permanecer no poder, quer dos oposicionistas que a reclamam para assumi-lo. Ela procura expressar a necessidade de um acordo nacional mais amplo que, a nosso ver, seria incompleto se não incluísse em seus fundamentos a construção de um PROJETO DE NAÇÃO e, depois, desenvolvesse o dever-poder das instituições nacionais para conceder robustez, consistência e transparência a essa construção. Mas não apenas uma construção político-institucional mas, também, uma construção física, técnica e científica, capaz de possibilitar ao país a melhoria do complexo infraestrutural responsável pela "aceleração do desenvolvimento" e o crescente fortalecimento e expansão das IPD&I - instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atualmente passando por um perverso processo de sucateamento).

Os conselhos profissionais no Brasil, hoje em número de trinta, são partes importantes dessas instituições. Quanto aos Conselhos Federal e Regionais da Engenharia e da Agronomia, eles poderiam se destacar nesse âmbito, tanto pela presença de seus representantes na totalidade dos municípios brasileiros ("onde as coisas realmente acontecem") e pela organização técnico-administrativa e política que poderiam possuir, como pela consciência profissional e cidadã de seus dirigentes e ainda, não há como deixar de citar, pela expressividade dos recursos que dispõe.

3.4. Agora é com você colega

A **liderança**, bem como a **representação**, é uma via de **mão dupla**. De um lado vai dos **representados** para os representantes, que recebem um **mandato** para agirem em nome dos primeiros. De outro lado deve retornar dos representantes o relato minucioso de suas ações, a prestação de contas sempre atualizada, aí a **transparência** é indispensável. Erram os representantes quando atuam em faixa própria, descumprem o **compromisso firmado** com seus eleitores e vão render homenagens a outros "senhores". Erram os representados quando, passadas as eleições, abdicam de sua **obrigação política**, mas também **moral e**

cívica, de acompanhamento crítico àqueles que elegeram e de permanente posicionamento diante dos resultados de suas ações.

E você colega, que vai participar do processo dos congressos profissionais de 2016 (mais de 500 eventos microrregionais, 27 congressos estaduais e um congresso nacional em duas etapas); você que pretende, a partir de seu município (que é onde tudo acontece) e da sua entidade de classe, subindo degrau por degrau até chegar ao ápice de sua escalada, eleger-se delegado ao 9º CNP; então diga você, colega, considerando os eixos temáticos estabelecidos (vistos no item 1.1.) e empenhando-se alinhado aos verbos de ação vistos anteriormente (defender, valorizar, desenvolver e lutar), **QUAIS SÃO SUAS PROPOSTAS**?

Para facilitar a sua resposta oferecemos a seguir mais um quadro, **só que este deverá ser preenchido por você mesmo**. E para realizar tal tarefa esperamos que as informações fornecidas neste texto referencial possam ter sido de utilidade. Vá, aos poucos, a medida em que se desenvolverem os trabalhos dos eventos dos quais você participará (microrregionais, estaduais e nacionais), preenchendo o quadro, aperfeiçoando-o, discutindo com os colegas e, se possível, socializando suas propostas para que as mesmas possam chegar às etapas do Congresso Nacional.

Ah, lembrando Vicente Falconi (o grande guru do gerenciamento estratégico): você precisa ter prioridades e foco; não adianta apresentar muitas propostas (Falconi diz que a empresa que tem muitas metas, não tem nenhuma. Perde o foco). Que tal selecionar, para cada Eixo Temático do Item 1.1., não mais do que três propostas em cada Eixo Temático da FES?

QUADRO: MINHAS PROPOSTAS AO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DO 9º CNP

EIXOS TEMÁTICOS DO 9º CNP	EIXOS TEMÁTICOS DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA - FES				
	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	EXERCÍCIO PROFISSIONAL	ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA	INTEGRAÇÃO PROF./SOCIAL	INSERÇÃO INTERNACION.
A) DEFESA E FORTALECIMENTO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA JUNTO À SOCIEDADE					
B) TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
C) CARREIRA E PRERROGATIVAS DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA					

EDISON FLAVIO MACEDO

Engenheiro Eletricista, ex- Presidente do Crea/SC e ex-Conselheiro Federal.

Como Delegado, Relator e Coordenador participou de todos os CNPs